

Jane de Araújo



Audiência sobre empréstimo para SP

O secretário do Tesouro Nacional e o presidente do BNDES comparecem amanhã, às 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos para esclarecer os detalhes da operação de empréstimo do banco à prefeitura de São Paulo, no valor de R\$ 493 milhões. O senador Antonio Carlos Valadares (foto) é o relator da matéria.

Página 4

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX – Nº 1.808 – Brasília, segunda-feira, 20 de outubro de 2003

Discussão da reforma tributária avança na CCJ

Romero Jucá promete entregar nesta quarta-feira o relatório sobre a proposta de mudança no sistema tributário. Relator deve manter cobrança da Cofins sobre produtos importados e rejeitar a desvinculação das receitas estaduais, que foi solicitada por governadores

Página 3

Mantega fala sobre plano de investimentos

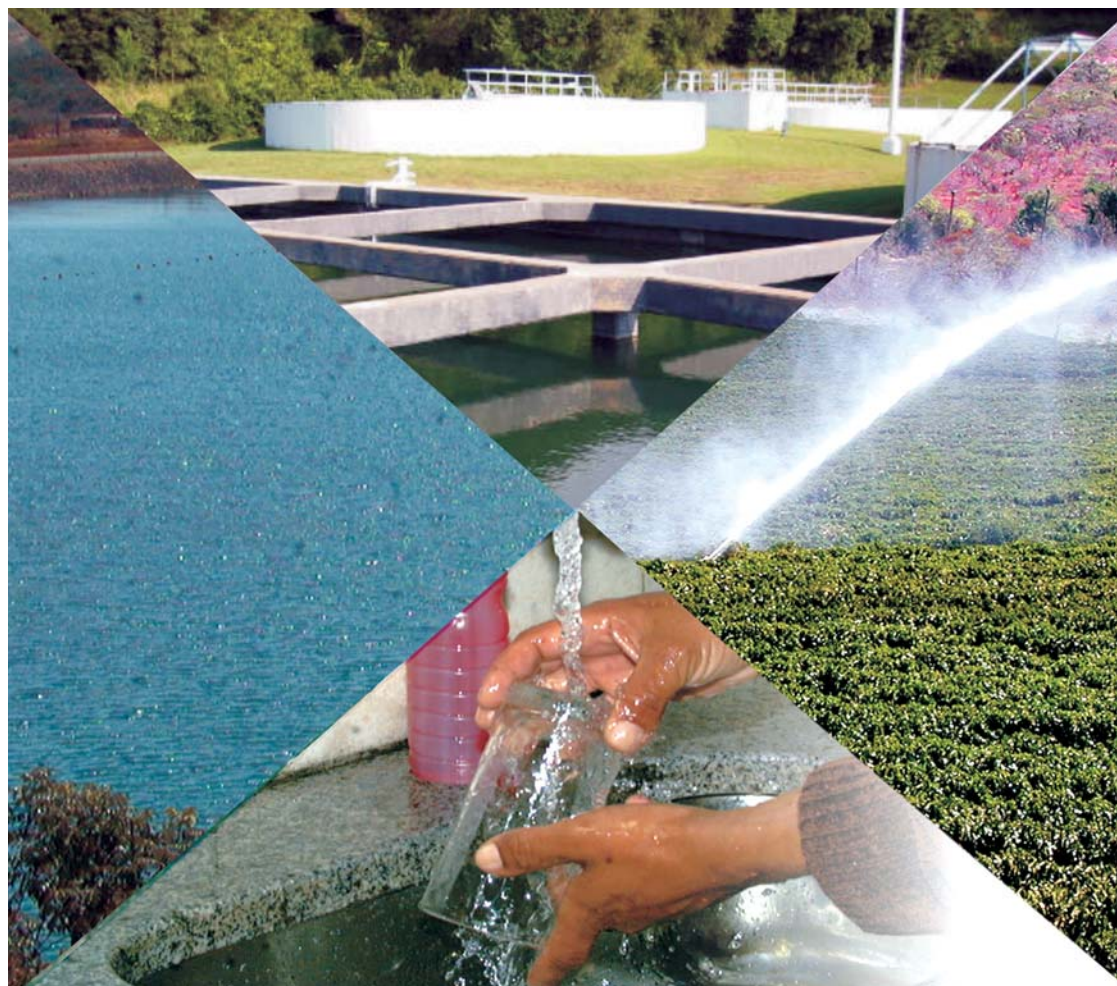
A Comissão de Infra-Estrutura ouve amanhã o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que fará apresentação sobre investimentos para os próximos quatro anos.

Página 3

Depoimento não convence membros da CPI

Integrantes da CPI do Banestado consideraram inverossímil argumento do comerciante Renato Lanzuolo, ex-sócio da Leona Pizza Bar, de que tenha sido usado como um “laranja”.

Página 3



PRESERVAÇÃO DA ÁGUA

Na edição desta semana, o **Especial Cidadania** aponta os problemas e indica os caminhos para conservação dos recursos hídricos nacionais.

Página 8

Plenário faz homenagem aos médicos

A importância da profissão e a necessidade de maior cuidado com a saúde foram destacadas pelos senadores, que na sexta-feira celebraram a data dedicada ao médico (dia 18). A homenagem contou com a presença de diversos convidados e servidores do Senado.

Página 5



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Paim recebe executivos da Tramontina

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu na sexta-feira a visita de Clóvis Tramontina, presidente da indústria gaúcha do mesmo nome, acompanhado de gerentes comerciais da empresa em todo o Brasil. Os empresários vieram a Brasília para participar de encontro nacional com diversos executivos da Tramontina.

O presidente da empresa lembrou que o primeiro emprego do senador Paim foi em uma de suas fábricas, a Forjasul, de Canoas (RS), na linha de produção de matrizes para os utensílios manufaturados pela Tramontina, e que, por coincidência, a sigla do plano que dá motivação ao encontro anual, realizado desde 1979, corresponde ao sobrenome do senador: é o Plano Anual de Investimentos e Metas, ou Paim.

– É um orgulho para nós que o senador, hoje vice-presidente do Senado, tenha começado, de forma bastante simples, como modelista em nossas empresas, e se iniciado no movimento sindical. É um estímulo para toda a nossa equipe, uma demonstração de que é possível vencer – afirmou Tramontina.

Paulo Paim disse que Clóvis Tramontina “é um exemplo de grande empresário nacional bem-sucedido com uma grande preocupação com políticas humanitárias”, e prometeu engajar-se no movimento pelo fortalecimento da empresa de médio porte no Brasil, por sua importância como fonte de emprego.

Agenda



Senado realiza sessão não deliberativa

A sessão plenária de hoje, marcada para as 14h30, será não deliberativa, estando destinada a pronunciamentos dos parlamentares. O primeiro inscrito para discursar na tribuna é o senador Papaleó Paes (PMDB-AP). Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados ao vivo pela TV Senado e Rádio Senado.

Sarney recebe presidente do Congresso do Equador

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 15h, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto Pereira; às 15h30, Sarney encontra-se com o presidente do Congresso Nacional do Equador, deputado

Guillermo Landazuri Carrillo. Às 17h, ele participa da sessão inaugural do “Encontro Parlamentar sobre a Alca”, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Área de Livre Comércio das Américas em debate

Terá início hoje, às 17 horas, o “Encontro Parlamentar sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca)”, no Plenário da Câmara dos Deputados. A abertura do evento contará com as presenças do presidente Luiz Inácio Lula

da Silva, dos presidentes das duas Casas legislativas e de diversas autoridades estrangeiras. O encontro, que termina amanhã, deverá discutir diferentes aspectos do processo de formação e negociação da Alca.



CAE examina empréstimo para prefeitura de São Paulo



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã, às 10h, audiência pública com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e com o

secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, que falam do pedido de autorização da prefeitura de São Paulo para adquirir empréstimo junto ao BNDES para investimentos em transporte urbano.

Metas para a inclusão digital

A Comissão de Educação (CE) vota amanhã, a partir das 11h, projeto que prevê a adoção de políticas específicas de acesso a bibliotecas, a computadores e à Internet e de elaboração de metas de inclusão digital (PLS nº 240/03). A comissão vota ainda proposta do senador Paulo Octávio (PFL-DF) de criação do Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (PLS nº 174/03).



Audiência com Mantega

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) ouve amanhã, às 10h, o ministro do Planejamento, Guido Mantega. Ele prestará esclarecimentos aos parlamentares sobre investimentos públicos e privados em projetos de infra-estrutura entre os anos de 2004 e 2007, período determinado pelo Plano Plurianual.

Avisos do Tribunal de Contas

A reunião de amanhã da Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 10h, está destinada à análise de projetos e de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. A comissão é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



INCENTIVO Valmir Amaral elogia redução do Imposto de Importação do produto

Preço do arroz deve cair, prevê Valmir Amaral

A decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de reduzir de 11,5% para 4% a alíquota do Imposto de Importação de arroz no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2003 irá garantir o abastecimento do produto, desestimular as ações especulativas e fazer com que o preço no varejo seja mantido ou até reduzido, previu o senador Valmir Amaral (PMDB-DF). Ele registrou que, no período, haverá um aporte adicional de 500 mil toneladas do produto, o que contribuirá para garantir o abastecimento interno.

Para o senador, a decisão do governo federal é digna de louvor, pois demonstra preocupação com o consumidor, que poderá adquirir o produto a preço razoável, ao mesmo tempo em que, ao fixar limites para a vigência da medida e a quota de 500 mil toneladas, tranqüiliza o produtor nacional.

Comissão analisa relatório do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisará amanhã, em reunião marcada para as 14h30, o relatório preliminar do Orçamento para 2004, que fixa receitas e despesas da União para o próximo ano (PLN nº 31/2003). Foram apresentadas 89 emendas ao relatório, de autoria do deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ), que acolheu integralmente 14 emendas.

Na quarta-feira, às 10h, a Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ele falará aos parlamentares sobre as metas fiscais referentes ao segundo quadrimestre de 2003.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Depoimento de comerciante não satisfaz CPI

O comerciante Renato Lazuolo Filho, que teria feito remessas de mais de US\$ 30 milhões para os Estados Unidos, afirmou à CPI do Banestado que foi usado como "laranja". Ele foi ouvido pela comissão na sexta-feira, na Assembléia Legislativa de São Paulo. Integrandos da CPI consideraram o depoimento inverossímil.

Ex-sócio da Leona Pizza Bar, conhecida pizzaria de São Paulo, Lazuolo contou ter conhecido, em Orlando (EUA), o argentino Reinaldo Del Rio, que lhe propôs utilizar uma conta no Banco Ocean para efetuar transações financeiras, mediante o pagamento de comissões de 0,2% ou 0,3% dos valores movimentados.

Sempre que o argentino precisava realizar alguma transação, segundo Lazuolo, depositava a quantia no Banco Ocean e enviava fax com os números das contas às quais o dinheiro deveria ser repassado. Posteriormente, entregava a Lazuolo, em mãos e em espécie, o valor correspondente à sua comissão. O comerciante admitiu não ter declarado à

Receita Federal os cerca de US\$ 60 mil recebidos e disse também que não guardou os faxes recebidos, nem o número do telefone do argentino.

A CPI, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi instalada em 18 de junho para apurar denúncias de remessas ilegais de dinheiro para o exterior.



José Cruz

INVESTIGAÇÃO Presidida por Antero, comissão apura denúncias de remessas ilegais



Jone da Araújo

INICIATIVA José Jorge é um dos autores do requerimento para audiência com o ministro

Mantega presta informações sobre o PPA

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) recebe amanhã, às 10h, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, para prestar informações sobre investimentos públicos e privados em projetos de infra-estrutura de 2004 a 2007, período abrangido pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPA). A iniciativa da audiência partiu dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Os senadores terão ainda reunião ordinária com pauta de oito itens que inclui projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que torna obrigatória a dotação de coletes salva-vidas em embarcações para transporte de passageiros. O relator, Leonel Pavan (PSDB-SC), é favorável à aprovação da matéria, com a apresentação de quatro emendas (PLS nº 376/2003).

Os senadores analisam também proposta de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) estabelecendo que recursos provenientes do uso de bem público e de multas impostas aos concessionários do setor elétrico serão aplicados, exclusivamente, na universalização dos serviços públicos de energia elétrica (PLS 224/2003).

Outra proposta a ser analisada (PLS 168/2002) estabelece normas para a telefonia fixa e tem parecer favorável do relator, João Batista Motta (PMDB-ES).

Jucá apresenta relatório à CCJ nesta quarta-feira

■ Senador deve manter Cofins sobre produtos importados e rejeitar idéia de desvincular receita dos estados

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) deve apresentar, nesta quarta-feira, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado o seu relatório sobre a proposta de reforma tributária. O parlamentar, que passou o fim de semana em uma fazenda próxima a Brasília trabalhando no texto, prevê que haverá pedido de vista para análise do documento – que poderá ser de até dez dias – antes da votação.

Jucá deve manter a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados e rejeitar a idéia da desvinculação



Roosevelt Pinheiro

EMPENHO Romero Jucá passou o fim de semana trabalhando no texto do documento

das receitas dos estados. Com relação às áreas a serem beneficiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Regional, o relator preferiu não adiantar uma posição.

O fundo veio da Câmara com um volume de R\$ 2 bilhões, retirados do Imposto sobre Pro-

ductos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), com a previsão de que seria emprestado a empresários para investimento nas regiões determinadas. Os governadores, no entanto, não aceitam que o dinheiro seja repassado diretamente aos empresários. Eles querem aplicar os recursos em infra-estrutura para, assim, atrair investimentos.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), acena com a possibilidade de destinar percentual da verba orçamentária do governo federal para investimento, em vez de usar apenas dinheiro oriundo do IPI e do IR.

Mas governadores alegam que o governo federal poderia contingenciar a verba de investimento e, dessa forma, prejudicar o Fundo de Desenvolvimento Regional. O relator deve propor uma solução.

Lúcia Vânia vê distorções na reforma

Para a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a proposta de reforma tributária, como está posta em debate, além de provocar aumento insuportável do preço dos alimentos, vai também aprofundar uma injustiça histórica no Brasil – a destinação de mais dinheiro para os estados industrializados do Sul e Sudeste.

– Mas não é só isso. O que se está fazendo é reforçar uma tendência, a de sedimentar Norte-Nordeste e Centro-Oeste como regiões agrícolas, sem chance de industrialização, e com receita declinante em relação ao Sudeste.

Lúcia Vânia apontou outras distorções na proposta, como a distribuição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em percentuais maiores para as regiões



Márcio Kallme

ALERTA Lúcia Vânia prevê um aumento "insuportável" dos preços dos alimentos

com mais estradas pavimentadas.

– Haverá um nítido favorecimento de estados como Minas Gerais e São Paulo, que têm as maiores malhas viárias do país. E como ficam os estados do Centro-Oeste, como Mato Grosso, principalmente,

que têm grande produção agrícola, mas poucas estradas pavimentadas? – perguntou.

A senadora lembrou, ainda, que a maioria dos produtos agrícolas do Centro-Oeste ou são isentos do ICMS, ou têm alíquota mais baixa do que os 4% previstos como a menor das cinco alíquotas da reforma, explicando que isso ocorre por convênios dos produtores com os governos da região.

– Temos características próprias, não podemos ser prejudicados por uma proposta que trata todas as regiões como iguais.

Lúcia Vânia pediu que se analise com mais cuidado o restante da reforma, para evitar distorções de difícil correção, "que vão acarretar prejuízos à sociedade sem resolver o problema do governo central".

Aelton pede apoio ao norte de Minas Gerais

O senador Aelton Freitas (PL-MG) fez, na sexta-feira, um apelo ao relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e aos demais senadores para a manutenção da região norte de Minas Gerais entre as escolhidas para serem beneficiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Regional. Segundo ele, essa região registra Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) semelhantes aos verificados no sertão nordestino.

Aelton afirmou que a situação nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri é dramática, com carências em saneamento básico, educação, saúde e, principalmente, emprego. Ele destacou que os municípios da região têm, pelo menos, 80% de suas receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Muitos deles foram emancipados há pouco tempo e não têm condições para sua manutenção.

O senador considerou indispensável que o Fundo de Desenvolvimento Regional seja viável, transparente e protegido de contingenciamentos. Esse é o desafio para o Senado e para o governo Lula, disse. Segundo Aelton, é isso que a população sofrida do norte de Minas Gerais espera, para minorar o dramático e histórico abismo social entre o sul e o norte do estado.



Waldemir Rodrigues

VIABILIDADE Para Aelton, Fundo de Desenvolvimento Regional não deve ter contingenciamento

CAE discute amanhã empréstimo do BNDES à prefeitura de São Paulo

Presidente do banco e secretário do Tesouro Nacional explicam aos senadores critérios para o contrato

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouvirá amanhã, às 10h, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, sobre autorização solicitada pela prefeitura de São Paulo para contratar financiamento de R\$ 493,807 milhões junto ao BNDES destinado à melhoria do sistema integrado de transporte urbano de passageiros.

A audiência atende a requerimentos dos senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Jorge Bornhausen (PFL-SC). Eles querem esclarecimentos a respeito dos critérios que orientaram a concessão de excepcionalidade à capital paulista no governo Fernando Henrique Cardoso, quando era prefeito Celso Pitta, permitindo que aquela administração contratasse empréstimo acima do seu limite de endividamento.

Na reunião da terça-feira da



Roosevelt Pinheiro

DÚVIDAS Bornhausen assinou requerimento pedindo a presença de Lessa e Levy

semana passada, em que os requerimentos foram aprovados, o assunto provocou críticas de alguns senadores. Conforme Tasso Jereissati (PSDB-CE), se o pedido de São Paulo for aprovado, o Senado estará abrindo uma grande exceção ao limite de endividamento dos municípios, cujo controle é definido constitucionalmente por resolução da Casa. Para o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o município de São Paulo extrapola os limites de endividamento.

Apesar dos questionamentos, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu



Roosevelt Pinheiro

VANTAGENS Mercadante lembra que dinheiro ajudará usuários de transporte coletivo

o projeto. Ele argumenta que a natureza do pedido de financiamento foi alterada na gestão da prefeita Marta Suplicy para ter como resultado a redução do tempo que os passageiros gastam no seu deslocamento, principalmente os das camadas mais pobres da população paulistana. A mudança garantiu a incorporação de mais 400 quilômetros de faixas exclusivas às 97 já existentes.

Na mesma reunião do dia 14, foram ouvidos os secretários municipais de Finanças, Luís Carlos Fernandes Afonso, e dos Transportes, Jilmar Tatto. Os dois explicaram que o valor to-

tal da operação – R\$ 741,197 milhões – foi dividido em duas parcelas. Da primeira, liberada em 2001, no valor de R\$ 247,39 milhões, apenas R\$ 3,8 milhões não foram aplicados. Os R\$ 493,8 milhões referem-se à segunda parcela. Segundo Tatto, as obras correm o risco de ser paralisadas se o empréstimo do BNDES não for autorizado em curto prazo.

Outras proposições

A operação de crédito para a prefeitura de São Paulo (Ofício S-nº 28) é um dos itens da pauta da reunião da CAE, a ser iniciada logo após a audiência pública.

Conforme o andamento da reunião, também poderão ser apreciadas, entre outras matérias, a Mensagem do Senado nº 205, com a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2003; a Mensagem do Senado nº 202, com pedido de empréstimo do estado da Bahia ao Banco Mundial, no valor de US\$ 60 milhões, para programa educacional; e o Projeto de Lei nº 183/02, de autoria do então senador Moreira Mendes, tratando da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis para uso de portadores de deficiência.

Senado vota recursos para Porto Alegre

O Plenário vota amanhã projeto de resolução (PRS 43/03) que garante empréstimo de US\$ 27,5 milhões para a prefeitura de Porto Alegre. Os recursos são provenientes do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e se destinam ao Programa Integrado Zona Norte – Entrada de Porto Alegre. O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) apresentou parecer favorável à matéria na CAE.

Há três propostas de emenda à Constituição (PECs) na pauta de amanhã. A PEC nº 39/01, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), cria a Procuradoria do Tribunal de Contas da União (TCU), e será votada em primeiro turno.

O mesmo acontece com a PEC nº 7/03, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que flexibiliza o monopólio estatal sobre a produção, comercialização e utilização de material radioativo empregado na área médica.

Reforma da Previdência inicia logo tramitação em Plenário

Os líderes partidários do Senado estão sendo consultados pela Secretaria Geral da Casa se querem transformar as sessões dos dias 24 e 27 próximos (sexta e segunda-feira), dedicadas a discursos e comunicados, em sessões de votação. Caso concordem, a reforma da Previdência começará a ser discutida no Plenário na próxima sexta-feira, quando também poderá receber emendas.

Por acordo partidário, as votações de Plenário (sessões deliberativas) só ocorrem nas terças, quartas e quintas-feiras. Caso os líderes não aceitem mudar as sessões de sexta (24) e de segunda (27), o início da discussão da reforma previdenciária em Plenário será na terça (28). Pelo regimento, a reforma ficará em discussão por cinco sessões deliberativas e, a seguir, será remetida pela segunda vez à Comissão de Constitui-



Waldemir Rodrigues

PRAZOS Relatório de Tião Viana poderá receber emendas nos próximos dias

ção, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame e votação das emendas de Plenário.

Publicada no *Diário Oficial do Senado* do dia 16, a reforma da Previdência cumpre interstício regimental de cinco dias úteis, período em que os senadores examinam o relatório de Tião Viana (PT-AC) e preparam as emendas de Plenário.

Volta à pauta projeto de Valadares que visa garantir inclusão digital

A proposta de reduzir a exclusão digital no país volta a constar da pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne amanhã, a partir das 11h. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto de lei (PLS nº 240/03) prevê a modificação de três artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com o objetivo de assegurar, como dever da União, o acesso a bibliotecas, computadores e à Internet. Já em parceria com estados, Distrito Federal e municípios, pretende viabilizar políticas específicas de inclusão digital.

A matéria recebeu parecer favorável do relator Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), e foi alvo de voto em separado de José Jorge (PFL-PE), que promove apenas ajustes de redação no projeto. Embora considere que as iniciativas propostas por Valadares já estejam sendo parcialmente atendidas



Roosevelt Pinheiro

MUDANÇA NA LDB Proposta de Valadares será examinada pela Comissão de Educação

por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), Juvêncio opinou pela aprovação da matéria para que esses benefícios sociais constem como dever do Estado na LDB.

Outra proposição a ser examinada pela CE, em caráter terminativo, é o projeto de Paulo Octávio (PFL-DF) que institui o Programa de Alfa-

betização e Cidadania na Empresa (Pace). O relatório de Eurípedes Camargo (PT-DF) defende a aprovação da matéria (PLS nº 174/03), que permite a empresas de construção civil firmar contrato ou convênio com instituições de ensino públicas ou privadas para oferecer aulas de alfabetização gratuitas a seus empregados.

O colegiado deve se pronunciar ainda sobre requerimento de Hélio Costa (PMDB-MG) que solicita ao ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, informações sobre medidas tomadas para recomposição orçamentária dos fundos de fomento à C&T afetados pelo contingenciamento orçamentário em 2003. Também devem ser discutidos e votados 62 projetos de decreto legislativo relativos à autorização para exploração de serviço de rádio comunitária (29 projetos), em frequência modulada (23), em ondas médias (8) e de sons e imagens (2).

Senadores cobram melhor tratamento para os médicos

O Senado prestou, na sessão de sexta-feira, homenagem aos médicos pela passagem, dia 18, da data a eles dedicada.

O requerimento nesse sentido foi assinado pelos senadores e médicos Antonio Carlos Magalhães, Augusto Botelho, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes e Tião Viana.

Na abertura da sessão, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim, saudou em nome da Casa todos os médicos brasileiros e enfatizou o empenho desses profissionais em "dedicar suas vidas a salvar outras vidas". Os oradores da sessão destacaram a importância da profissão e solicitaram melhores condições para a atuação dos profissionais de Medicina e mais atenção para a área de saúde. Também defenderam



Célio Azevedo

a adoção de um salário compatível com a atividade do médico. Estavam presentes no Plenário do Senado diversos convidados, como o presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Paulo Magalhães Chassal, representantes do Conselho Federal de Medicina e de outras associações médicas do país, além de profissionais que integram o serviço médico do Senado.

MOZARILDO



Célio Azevedo

Necessidade de atendimento aos mais pobres

Ao destacar o fato de o Brasil ser referência mundial em medicina avançada, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que é dever do país facilitar o acesso da tecnologia do setor às camadas mais pobres da população.

– Esse é um desafio, especialmente para nós, brasileiros, que temos uma tecnologia de ponta em diversas especialidades médicas – observou o parlamentar, citando como referências na profissão Ivo Pitanguy, Adib Jatene, e Aloysio Campos da Paz.

De acordo com Mozarildo, os resultados já obtidos e as projeções de como evoluirá a medicina “apontam para a esperança de redução do sofrimento das pessoas”.

Célio Azevedo

PAPALÉO PAES

Mudança urgente na área de saúde

A adoção de mudanças urgentes no sistema público de saúde foi defendida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP). Do contrário, alertou, a imagem do Brasil continuará sendo a de um país que não tem preocupação com cidadania, dignidade e direitos humanos.

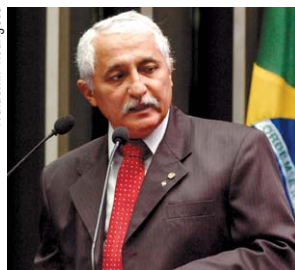
O senador afirmou que não se pode “conviver com hospitais públicos lotados de pessoas esperando atendimento, prédios caindo aos pedaços e pessoas morrendo por falta de atendimento, remédios, equipamentos e médicos”.

Papaléo lamentou que o governo federal veja os parlamentares que defendem a destinação de mais recursos para a área de saúde como “lobistas de hospitais”.



Waldemir Rodrigues

AUGUSTO BOTELHO



Waldemir Rodrigues

Remuneração adequada para a categoria

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu uma remuneração adequada para os médicos, a fim de impedir que, pressionados pela necessidade de manter uma vida minimamente confortável, sejam obrigados a ter três ou mais empregos.

Para o senador, é preciso buscar o equilíbrio entre competência técnica e humanismo, a fim de que os médicos sejam não apenas profissionais capacitados, mas, particularmente, cidadãos conscientes da realidade social do país e das necessidades da população brasileira.

Augusto Botelho também defendeu uma distribuição mais homogênea dos médicos nas diversas regiões do país.

TIÃO VIANA

Profissão é hoje pouco valorizada

Em seu pronunciamento, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), alertou para a necessidade de todos lutarem pela dignidade da profissão médica. Ele disse que, embora o médico esteja presente em toda a história da Humanidade e tenha relevância nas decisões políticas dos governos, a profissão atualmente é pouco valorizada.

– O médico hoje é peça de mercado e não tem mais o destaque como aquele que carrega o comportamento humanista e que busca a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Tião Viana destacou a decisão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em assegurar recursos para programas de saneamento básico.



Waldemir Rodrigues

MÃO SANTA

Condições de trabalho nos hospitais

O senador Mão Santa (PMDB-PI) solicitou ao governo um “salário digno e melhores condições de trabalho para a categoria, principalmente nos hospitais públicos, que, conforme observou, estão sucateados”.

Para o senador pelo Piauí, o médico e demais profissionais que atuam na área da saúde, como enfermeiros, necessitam receber tratamento diferenciado, pois executam um trabalho vital para qualquer sociedade.

Mão Santa estranhou a intenção do governo federal de promover a desvinculação de recursos orçamentários destinados à área de saúde.

SERYS

Mais qualidade para os cursos de Medicina

Ao saudar os médicos, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) sugeriu melhor distribuição das faculdades de Medicina por todo o Brasil, uma vez que, conforme salientou, a maioria desses cursos está concentrada na Região Sudeste. Ela também defendeu um sistema de fiscalização destinado a preservar a qualidade dos cursos.

Segundo Serys, os estudantes de Medicina no país têm que ter formação acadêmica exemplar dentro dos padrões internacionais. Por isso, ela defendeu a necessidade de os professores da área possuírem diplomas de mestrado ou doutorado.

AELTON FREITAS



Waldemir Rodrigues

Destinação de mais verbas para os hospitais

O maior presente que os políticos podem dar aos médicos é o compromisso com o fortalecimento do setor de saúde e o oferecimento de condições para que eles salvem mais vidas, recomendou o senador Aelton Freitas (PL-MG).

O senador pediu ao Ministério da Saúde mais recursos para os hospitais e para a interiorização do atendimento médico, e ao Ministério da Educação, mais cuidado com a proliferação indiscriminada de cursos de Medicina.

Aelton disse acreditar que as carências do sistema público de saúde vêm comprometendo a eficiência do trabalho dos médicos. “Por mais competentes e dedicados que sejam, os médicos não são mágicos”, concluiu.

EURÍPEDES

Elogio aos Médicos sem Fronteira

Ao homenagear os profissionais de medicina, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) lembrou o trabalho “inestimável” realizado pela organização Médicos sem Fronteira, grupo independente que trabalha em regiões em crise desde sua fundação, em 1970.

Eurípedes citou as principais ações realizadas pela organização, desde campanhas de vacinação e ações de prevenção de doenças, distribuição de alimentos e medicamentos em áreas de aguda crise social.

A seu ver, a organização Médicos sem Fronteira constitui o símbolo maior de todos os profissionais que, no Brasil, defrontam-se com o quadro de violência, doenças e miséria.



Waldemir Rodrigues

Estudo mostra situação do portador de deficiência

Paim entrega ao deputado Rogério Silva, relator de estatuto, pesquisa em nível nacional

O vice-presidente do Senado, senador Paulo Paim (PT-RS) entregou na sexta-feira ao deputado Rogério Silva (PPS-MT), relator na Câmara do projeto do Estatuto do Portador de Deficiência, pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Fundação Banco do Brasil sobre como vivem os 24,5 milhões de portadores de deficiência no Brasil. A pesquisa analisa aspectos como domicílio, faixa etária, nível de escolaridade e situação dos deficientes dentro da família.

Ao receber o documento, o deputado disse que apresentará seu parecer sobre a matéria ainda neste ano, devendo antes fazer uma audiência pública, na Comissão do Trabalho da Câmara, com a presença do senador Paim, autor do projeto, e do senador Flávio Arns (PT-PR), que relatará a matéria no Senado, incluindo ainda as or-



EXPECTATIVA Paulo Paim e Rogério Silva (à direita) acreditam que Estatuto do Portador de Deficiência estará pronto no ano que vem

ganizações de pessoas com deficiência, para fazer um relatório a contento.

Ele e Paim disseram esperar que no próximo ano o estatuto esteja pronto. O senador observou que, à medida que a população brasileira envelhece, mais jovens entrarão na faixa de risco de portar alguma deficiência, principalmente a visual.

Com o título "Diversidade – Retratos da Deficiência no Brasil", o trabalho da FGV e da Fundação Banco do Brasil objetiva contribuir para a inclusão social de segmentos excluídos ou estigmatizados da sociedade. Também visa reduzir a desin-

formação e divulgar detalhes do universo das pessoas portadoras de deficiência.

Informações

Em pronunciamento no Plenário, também na sexta-feira, Paim parabenizou as duas instituições pelo trabalho, que, disse, contém dados sobre a localização dos portadores de deficiência e lista os tipos de deficiências, além das doenças decorrentes da idade avançada, como o Mal de Alzheimer.

De acordo com o estudo, informou o senador, os estados das regiões Norte e Nordeste apresentam o maior número de portadores de deficiência.

Leonel Pavan cobra de Lula o cumprimento de promessas

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) exigiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento aos preceitos constitucionais que garantem condições de vida digna e produtiva aos portadores de deficiência. Ele apresentou as reivindicações do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), que, segundo afirmou, redigiu o "Manifesto de indignação e frustração", pedindo o cumprimento das leis e dos

compromissos assumidos pelo presidente.

Segundo informou o senador, o manifesto da instituição cobra do presidente o cumprimento da "Carta às pessoas portadoras de deficiência", proposta ainda na campanha eleitoral de 2002. A seu ver, nenhum dos compromissos assumidos pelo então candidato foi cumprido. No documento, o então candidato se comprometia a desenvolver programas voltados para a criação de cen-



FRUSTRAÇÃO Pavan apresenta documento em que o Conade exige atenção do governo

tros de reabilitação, a atuar para garantir a inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho e a promover campanhas permanentes sobre o direito dos deficientes, entre outras coisas.

Hélio Costa propõe estímulo a pesquisa

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que obriga as instituições de ensino superior privadas a destinarem um percentual do seu faturamento bruto para a criação da Fundação de Pesquisa Universitária, destinada a promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.

A fundação deverá ser sediada

em Brasília, mas também poderá contar com centros de pesquisa em qualquer parte do território nacional com a finalidade de atender aos interesses regionais de pesquisa. Também caberá a ela atuar na formação e aperfeiçoamento de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, prestar serviços de natureza tecnológica a instituições privadas ou públicas e repassar recursos para entidades de

fomento a pesquisa.

– A idéia é concentrar em um só lugar dois fatores essenciais para a produção de pesquisa de qualidade: recursos e capacitação técnica. Enquanto as instituições de ensino superior privadas permanecerem carentes desses elementos, não será possível agregar seus valores em torno de uma produção científica em níveis mais aprofundados – diz Hélio Costa.

Lando pede reflexão sobre futuro das crianças

Ao relembrar o Dia da Criança, transcorrido em 12 de outubro, Amir Lando (PMDB-RO) disse que a data deve não apenas ser comemorada, mas servir como momento de reflexão e de mudança de atitudes. Embora reconhecendo que as ações individuais são insuficientes para modificar o mundo, ele comentou que o exemplo de cada um pode servir para construir um futuro melhor.

– O mundo precisa, urgentemente, resgatar esse resquício de criança e reaprender a conjugar os verbos na primeira pessoa do plural, quaisquer que sejam os seus significados; se alegria, dividida; se tristeza, compartilhada. É que a nossa

porção adulta tem uma forte tendência individualista, de primeira pessoa do singular. A tecnologia dos computadores nos coloca em contato direto com o mundo, ao mesmo

tempo em que nos prende entre quatro paredes, solitários, privados de calor humano – afirmou o senador.

Para Amir Lando, mais do que presentes, as crianças do Brasil merecem ter direito a um futuro.



Amir Lando: cada um pode dar contribuição

Ney Suassuna defende a valorização dos professores

Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou em Plenário a passagem do Dia do Professor, comemorado na última quarta-feira (15). Entre os aspectos da dura realidade vivida pelo magistério, Suassuna lembrou a baixa remuneração desses profissionais, citando como exemplo o salário de R\$ 240 recebido por professores do Nordeste, e o de R\$ 640, média nacional percebida por um professor de ensino fundamental.

– Ser professor no Brasil hoje é quase um ato de heroísmo – afirmou o senador.

Outro problema relacionado por Suassuna é o da baixa qualificação. Estimativa citada pelo senador dá conta de que cerca

da metade dos professores brasileiros nem sequer possui o diploma de ensino médio. Isso ocorre porque o Brasil estaria relegando a plano secundário o cuidado com a preparação dos professores e com a infra-estrutura do sistema educacional.

A fim de resolver a crônica falta de recursos para o ensino público, o senador cobrou a efetiva aplicação dos recursos previstos em lei.



Suassuna cobra recursos para a educação

Serys aponta dificuldades dos produtores de leite

Ao citar a possibilidade de o leite ser incluído como item obrigatório na merenda escolar, conforme prevê projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) em análise pelo Plenário (PLS 41/2003), a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) chamou a atenção para dificuldades dos produtores de leite.

Apesar de contarem, desde 2002, com sistemas de melhoria na qualidade do produto, os produtores ainda enfrentam problemas de preparação profissional, de acesso ao crédito e do controle de qualidade do leite, conforme Serys. Para ela, a adoção do sistema cooperativista é a opção mais indicada para o setor.

– Acontece que, com o Estado dando passos mais largos que suas próprias pernas, a estrutura de fiscalização vigente não tem conseguido acompanhar as novas demandas ao serviço – avaliou Serys, que defendeu uma política estratégica para o setor.

Mão Santa (PMDB-PI) registrou que, quando governador, repassava diretamente às escolas os recursos para a oferta de uma merenda reforçada.



Serys defende adoção do cooperativismo

Reginaldo quer criar universidade no Cariri

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) registrou, na sexta-feira, a comemoração dos 150 anos da cidade do Crato, no Vale do Cariri, no sul do Ceará, e defendeu a criação da Universidade Federal do Cariri. Regi-

naldo comparou a história do Crato cearense com a do Crato português, fundada em 1160. De lá vieram os imigrantes lusitanos que criaram a nova cidade no Cariri.

– Diferentemente da situação de prosperidade vivida pelos portugueses, os 104 mil habitantes do Crato brasileiro enfrentam incertezas quanto ao futuro – destacou Reginaldo.

A instalação de uma universidade federal seria uma forma de dotar o Cariri de um futuro mais promissor, disse o senador. Ele coordenou a elaboração de documento com a proposta de criação da universidade, que resultaria da aglutinação de diversas instituições de ensino superior da região.



Waldemir Rodrigues

PROJETO Segundo Reginaldo, universidade resultaria da fusão de várias faculdades da região

Mão Santa exalta a Batalha do Jenipapo

O Dia do Piauí, comemorado ontem, foi registrado na sexta-feira, da tribuna, pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). A data lembra o dia em que, no ano de 1822, a então província do Piauí aderiu à independência do Brasil, proclamada no mês anterior por d. Pedro I.

Mão Santa relatou que, em 1823, camponeses, vaqueiros e sertanejos piauienses, com a ajuda de cearenses, lutaram pela independência do país, no confronto com os portugueses que ficou conhecido como Batalha do Jenipapo.

– A luta no Piauí foi fator decisivo para a unidade brasileira – destacou Mão Santa, ao informar que coube ao ex-presidente Castello Branco transformar em data nacional a Batalha do Jenipapo.

Mão Santa enalteceu a bravura e a coragem do coronel



Waldemir Rodrigues

HEROÍSMO Mão Santa disse que luta no Piauí foi fator decisivo para a unidade brasileira

Simplício Dias da Silva e disse que Parnaíba foi a primeira vila piauiense a tomar parte nos movimentos pela independência. Depois de observar que a batalha ocorreu para que o povo do Brasil se libertasse, Mão Santa afirmou que “os piauienses escreveram com sangue uma das páginas mais gloriosas da história nacional”.

Raupp pede mais pólos econômicos na Amazônia

■ Para o senador, a adoção de incentivos pode garantir o desenvolvimento da região

Ao lembrar os 36 anos de criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que é necessário investir na criação de pólos de desenvolvimento nos outros estados que compõem a Amazônia Ocidental: Acre, Roraima e Rondônia. Segundo ele, a Zona Franca possibilitou um considerável desenvolvimento comercial e industrial, mas concentrado na cidade de Manaus.

– Na impossibilidade de entender o modelo de zona franca para outras cidades da Amazônia, entendo que o governo federal deve assegurar outros mecanismos que viabilizem um desenvolvimento mais equilibrado – sugeriu.



Roosevelt Pinheiro

SOLUÇÃO Raupp acredita que a criação de ZPEs pode ser a saída para a Amazônia Ocidental

Para Raupp, é preciso criar outros pólos, pelo menos nas capitais e principais cidades, carentes de meios para criar empregos e gerar renda.

– Os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (Finam), que poderiam ter um papel muito mais

decisivo, não são aplicados em sua totalidade – afirmou.

O senador disse ainda que uma opção a ser considerada é a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos estados da Amazônia Ocidental. Ele explicou que, embora contem com a limitação de não poder vender seus produtos para o mercado interno, ao contrário do que ocorre com a ZFM, as ZPEs caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, contando com benefícios fiscais e cambiais.

Raupp disse que a liberdade cambial das ZPEs permite às empresas disporem livremente das divisas obtidas por suas exportações e a sua manutenção como dólares no exterior.

– A criação de uma ZPE depende de entendimento entre os governos dos estados ou municípios e o governo federal, que terão, todos eles, vantagens consideráveis com sua instalação e funcionamento – concluiu o parlamentar.

Duciomar elogia a Vale do Rio Doce

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) aplaudiu o que chamou de gesto de solidariedade da Companhia Vale do Rio Doce para com a Copala Indústrias Reunidas, siderúrgica de médio porte fundada há 52 anos, em Belém. A Vale, informou o senador, providenciou o conserto de um equipamento essencial para as atividades da Copala, problema que poderia paralisar suas atividades por até 90 dias.

Duciomar afirmou que a Copala simboliza a luta do pequeno empresariado para manter-se produzindo e gerando em-

pregos e riqueza no Pará. Ele ressaltou que a empresa oferece atualmente 300 empregos diretos e 150 indiretos, tendo passado, ao longo de sua existência, por duros percalços. O senador também destacou o significado social da siderúrgica, fonte de sustento para um grande número de coletores de sucata, material utilizado na fabricação mensal de 1,6 mil toneladas de lingotes de aço.

– A mão que hoje estende a Vale do Rio Doce a uma pequena siderúrgica paraense oxalá seja o início de uma série interminável de iniciativas de co-



Roosevelt Pinheiro

MÉRITOS Duciomar registrou a trajetória de 52 anos de pequena siderúrgica paraense

operação mútua entre aquela e segmentos importantes da sociedade paraense – afirmou.

Para Heráclito, gasoduto do Piauí trará muitos benefícios

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) aproveitou a discussão do projeto de universalização da energia elétrica, aprovado no último dia 14 pelo Plenário do Senado, para ressaltar a importância da construção de um gasoduto no Piauí. Segundo ele, a proposta, que deve

ser enviada à Câmara dos Deputados, trará benefícios tanto para o estado que representa quanto para o Maranhão.

Heráclito afirmou que a criação da Empresa de Gás do Piauí (Gaspisa), durante a gestão do então governador Mão Santa, foi fundamental para que o es-

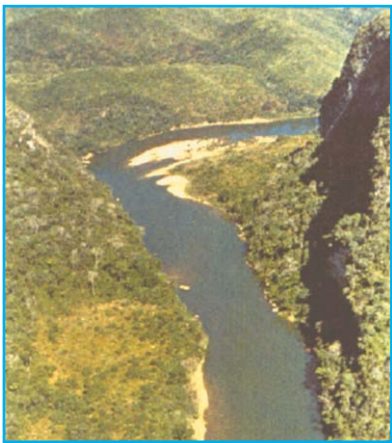
tado desenvolvesse o uso do gás natural, uma forma de energia mais barata e menos poluente. Heráclito Fortes agradeceu ainda a todos os senadores que contribuíram para a aprovação do projeto, que prevê a conclusão das obras do gasoduto até o ano de 2005.

– Esperamos que o referido projeto tenha o trâmite concluído o mais rápido possível, para que finalmente possamos nós, piauienses e maranhenses, gozar dos benefícios do projeto de lei de universalização da energia elétrica – concluiu o senador.



Waldemir Rodrigues

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Eurípedes Camargo



Divulgação

CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 6 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 20 de outubro de 2003

Água limpa para todos, um desafio ao Brasil

PROTEÇÃO Projeto cria fundo para assegurar a revitalização do Rio São Francisco

Parlamentares em defesa do meio ambiente

Tramitam no Congresso Nacional diversos projetos que visam à preservação dos recursos hídricos. A PEC nº 27/01, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), cria um fundo para a revitalização do Rio São Francisco. O projeto já foi aprovado no Senado e aguarda votação da Câmara.

Também encontra-se na Câmara o Projeto de Lei nº 203/91, que condensa cerca de 70 proposições para instituir uma política nacional de resíduos sólidos. No Senado, tramita, ainda, emenda constitucional que dá à União a titularidade das águas subterrâneas.

Já a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), tem 26 senadores e 93 deputados e foi criada para defender o cumprimento da Agenda 21 – documento em defesa do desenvolvimento sustentável, aprovado por 170 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992.

A frente também examinará todos os projetos relacionados ao tema e ajudará os municípios a traçar planos de preservação ambiental. A frente foi transformada em organização jurídica, registrada em cartório, para firmar convênios nacionais e internacionais.

Para mais informações, o leitor pode procurar o serviço *A Voz do Cidadão*, pelo telefone 0800 612211.

Brasil, que tem uma das maiores reservas de água doce do mundo, distribui de forma desigual seus recursos hídricos. Mesmo em regiões com fontes de água, o abastecimento está ameaçado devido ao desperdício, à poluição e à ocupação irregular do solo, entre outros fatores.

Nesta sexta edição do *Especial Cidadania*, reunimos algu-

mas informações importantes sobre um tema tão complexo: a gestão e preservação da água. Conheça os órgãos responsáveis pelos nossos recursos, a legislação, onde denunciar danos ao meio ambiente e dicas sobre como economizar água no uso doméstico.

Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE mostram que

18% dos lares brasileiros não dispõem de rede de abastecimento de água e 31,9% deles nem sequer estão ligados à rede coletora de esgoto.

São desafios que o Brasil só conseguirá vencer se, além da ação do poder público para o desenvolvimento social e a defesa de seus recursos hídricos, puder contar com a participação de cada cidadão.

Agressões à natureza são principais vilãs

Falta de saneamento, poluição industrial, ocupação desordenada do solo, desmatamento, uso excessivo de agrotóxicos e desperdício são os maiores inimigos das reservas hídricas do país. A ausência de leis mais rígidas e a falta de fiscalização são apontadas por ecologistas como as responsáveis pelo grande número de crimes ambientais.

Mais da metade do esgoto produzido no Brasil não rece-

be tratamento e é despejada diretamente em rios, mares, lagos e mananciais, comprometendo o abastecimento e a saúde da população. A falta de tratamento dos dejetos industriais e o uso crescente de agrotóxicos contaminam o solo, os rios e o lençol freático. Seja diretamente pela Indústria Cataguazes de Papel, como a poluição do Rio Pomba (MG/RJ), ocorrida este ano, ou pela ação das chuvas.

Já o desmatamento e a ocu-

pação desenfreada comprometem os mananciais (nascentes e fontes originadas dos lençóis subterrâneos). A inexistência de cobertura vegetal provoca erosão, enquanto o lixo e o esgoto poluem.

A preservação dos recursos hídricos passa pelo manejo responsável de todo o ecossistema. E essa consciência deve começar dentro de casa (*confira no quadro abaixo algumas dicas que podem ser úteis*).

Dicas para o uso e o consumo racional da água

- Ao lavar a louça, desligue a torneira enquanto ensaboa o que será lavado.**
- Molhe as plantas usando o regador e utilize matéria vegetal para reduzir a evaporação.**
- Não use a privada como lixeira ou cinzeiro e nunca acione a descarga à toa, pois ela gasta até 40 litros de água.**
- Conserte os vazamentos e verifique hidrômetros, caixas d'água e registros. O vazamento de apenas uma gota por segundo desperdiça cerca de 10 mil litros de água por ano.**
- Evite banhos demorados. Um banho de 20 minutos consome 120 litros de água. Não lave roupa no chuveiro.**
- Não escove os dentes ou faça a barba com a torneira aberta.**
- Invista em torneiras e válvulas automáticas, bacias sanitárias com caixa, registros controladores de vazão e arejadores para torneiras. Os equipamentos podem economizar de 20% a 50% de consumo de água.**
- Não lave a calçada nem o carro com mangueira. Use vassoura e balde, pois a economia pode chegar a 300 litros de água.**
- Deixe as roupas de molho para remover a sujeira mais pesada e reutilize essa água. Use a máquina de lavar roupa quando estiver cheia, economizando água e energia.**
- Cubra a piscina. Exposta ao sol e ao vento ela pode perder água por evaporação. Quando coberta, a perda é reduzida em 90%.**

Endereços úteis

Ministério do Meio Ambiente e órgãos correlatos

(61) 317-1000

www.mma.gov.br

Secretaria de Recursos Hídricos

(61) 317-1800

www.serhid.rn.gov.br

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

(61) 317-1433

www.mma.gov.br/conama

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

(61) 317-1289

www.cnrh-srh.gov.br

IBAMA

Denúncias sobre danos ao meio ambiente podem ser feitas pela Linha Verde – 0800

618080. A ligação é gratuita.

www.ibama.gov.br

Agência Nacional de Águas (ANA)

Vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é responsável pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

(61) 445-5400

www.ana.gov.br

Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

Vinculada ao Ministério da Saúde, apóia técnica e/ou financeiramente o desenvolvimento de ações de saneamento nos municípios.

(61) 321-3118

www.funasa.gov.br

Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH)

Congrega pessoas físicas e jurídicas ligadas ao planejamento e à gestão dos recursos hídricos no Brasil. Presente em vários estados.

www.abrh.org.br

Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas)

Congrega entidades, técnicos e simpatizantes para estudar, pesquisar e criar novas tecnologias de preservação e uso de águas subterrâneas.

www.abas.org.br

Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

(61) 326-4888

www.aesbe.org.br

WWF Brasil

Organização não-governamental em defesa do meio ambiente. Tem o maior programa do terceiro setor dedicado à água doce, conhecido como Água para a Vida.

www.wwf.org.br

Constituição redefiniu a política de proteção das reservas

A partir da Constituição de 1988, o Brasil redefiniu as políticas públicas relacionadas ao uso e à preservação dos recursos hídricos. Em 1997 entrou em vigor a Lei nº 9.433, estabelecendo que a água é um bem de domínio público e que se trata de

um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. A lei instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). Com isso, foram estabelecidas a outorga dos

direitos de uso e a cobrança pela utilização da água, a cargo da Agência Nacional de Águas (ANA). Também cabe à ANA, criada em 2000, a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a coordenação do sistema. Além da ANA, integram o sistema

o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os Conselhos dos Estados e do DF de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia Hidrográfica e órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos.

Para assegurar a disponibilidade de água para todos, e seu uso racional, a legislação prevê punições aos que utilizarem recursos hídricos sem permissão, incluindo perfuração de poços para extração de água subterrânea.